

A cor como material de simbolização: uma leitura kleiniana da arteterapia

Colour as material for symbolisation: a Kleinian reading of art therapy

Jonathan Souza Dias Moreira

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina em que termos a teoria kleiniana da formação de símbolo pode fundamentar a leitura do uso da cor em arteterapia. Parte-se da constatação de que a arteterapia brasileira recorre com frequência a tabelas de correspondência entre cores e estados afetivos cuja origem é cultural e comercial, não psicanalítica, e que convivem mal com o referencial de relações objetais que essas mesmas práticas invocam. Argumenta-se que a contribuição kleiniana não está em atribuir significado a cores isoladas, mas em descrever as condições sob as quais um material expressivo qualquer passa a funcionar como símbolo: a tolerância à ambivalência, a passagem da posição esquizoparanoide à depressiva e o impulso reparatório que sustenta o gesto criador. A partir de Klein, Segal e Joseph, propõe-se deslocar a unidade de análise da cor escolhida para a relação do sujeito com o material e com o ato de escolher. Conclui-se que a leitura cromática tem valor como hipótese interpretativa a ser verificada no vínculo, e não como instrumento diagnóstico: não há validação psicométrica que autorize inferir estado psíquico a partir de cor, e o enquadre arteterapêutico deve explicitar esse limite.

Palavras-chave: Melanie Klein; arteterapia; formação de símbolo; relações objetais; reparação.

ABSTRACT

This article examines the terms under which the Kleinian theory of symbol formation may ground the reading of colour use in art therapy. It starts from the observation that Brazilian art therapy frequently resorts to tables of correspondence between colours and affective states whose origin is cultural and commercial rather than psychoanalytic, and which sit uneasily with the object-relations framework those same practices invoke. It is argued that the Kleinian contribution lies not in assigning meaning to isolated colours but in describing the conditions under which any expressive material comes to function as a symbol: tolerance of ambivalence, the movement from the paranoid-schizoid to the depressive position, and the reparative impulse sustaining the creative gesture. Drawing on Klein, Segal and Joseph, the article proposes shifting the unit of analysis from the chosen colour to the subject's relation to the material and to the act of choosing. It concludes that chromatic reading holds value as an interpretive hypothesis to be tested within the bond, not as a diagnostic instrument: no psychometric validation authorises inferring psychic state from colour, and the art-therapeutic frame must make that limit explicit.

Keywords: Melanie Klein; art therapy; symbol formation; object relations; reparation.

1 Introdução

A arteterapia ocupa posição peculiar no campo das práticas psi brasileiras. Reivindica fundamentação psicanalítica, recorre a um vocabulário de inconsciente, simbolização e elaboração, e ao mesmo tempo opera cotidianamente com repertórios interpretativos cuja procedência é outra: manuais de psicologia das cores, cartilhas de cromoterapia, tabelas de correspondência afetiva herdadas da

publicidade e do design. A convivência entre esses dois registros raramente é tematizada. O resultado é uma prática que invoca Klein para legitimar inferências que a teoria kleiniana, lida com rigor, não autoriza.

O presente artigo propõe-se a examinar essa articulação em seus próprios termos. A pergunta não é se a cor tem significado psíquico — formulada assim, ela só admite respostas triviais ou dogmáticas —, mas qual é, exatamente, o lugar que a teoria kleiniana reserva ao material expressivo no trabalho de simbolização, e o que decorre desse lugar para a leitura clínica de uma escolha cromática.

A tese sustentada é que a contribuição de Klein ao campo não reside em qualquer atribuição de sentido a cores particulares. Klein não escreveu sobre cor, e a tentativa de extrair de sua obra um código cromático produz apenas projeção retroativa. A contribuição reside em outro ponto, mais discreto e mais consequente: Klein descreveu as condições sob as quais um objeto do mundo externo passa a poder representar um objeto interno sem com ele se confundir. Essa descrição — a teoria da formação de símbolo, desenvolvida por Segal em sua distinção entre equação simbólica e símbolo propriamente dito — é o que a arteterapia pode legitimamente tomar de empréstimo.

O deslocamento que daí resulta é de unidade de análise. Em vez de perguntar o que significa o preto que o sujeito escolheu, pergunta-se como esse sujeito se relaciona com o material, o que faz com ele, se o utiliza como coisa ou como representação, se tolera que a mesma cor comporte valências opostas, se o gesto que produz a imagem tem caráter de ataque ou de reparação. A cor deixa de ser signo a decifrar e passa a ser instrumento cuja manipulação revela o estado do trabalho simbólico.

Essa reorientação tem consequência prática imediata, que o artigo procura explicitar: ela separa o que é hipótese interpretativa, verificável no vínculo e sempre revisável, daquilo que seria pretensão diagnóstica — para a qual, no caso da leitura cromática, não existe sustentação empírica disponível.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual. O corpus primário é constituído pelos textos em que a tradição kleiniana formula a questão do símbolo: o artigo de Klein sobre a importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego (1930), as *Notas sobre alguns mecanismos esquizoides* (1946), as

Notes on symbol formation de Segal (1957) e a sistematização oferecida por sua *Introdução à obra de Melanie Klein* (1964). A esse núcleo somam-se os trabalhos de Segal sobre estética e os de Joseph sobre comunicação não verbal e situação transferencial total.

O corpus secundário reúne a literatura de arteterapia que explicita filiação psicanalítica — Philippini no contexto brasileiro, Edwards no anglófono — e as obras de referência sobre teoria da cor mobilizadas por essa literatura, notadamente Arnheim e Pedrosa. O critério de inclusão foi duplo: tratamento explícito da relação entre material expressivo e processo psíquico; e filiação declarada a um referencial teórico identificável. Excluíram-se manuais de correspondência cromática sem fundamentação declarada, literatura de cromoterapia e textos de divulgação.

O procedimento comporta três movimentos. Reconstitui-se primeiro a teoria kleiniana do símbolo em seus próprios termos, evitando a tradução apressada para o vocabulário da arteterapia. Examina-se em seguida o que, nessa teoria, incide efetivamente sobre o trabalho com material plástico. Confrontam-se, por fim, as inferências assim autorizadas com aquelas que a prática corrente realiza, delimitando o alcance de umas e de outras.

Registre-se uma delimitação de escopo. Este artigo não apresenta material clínico nem dados de atendimento. A discussão é conceitual, e as consequências que extrai para a prática têm estatuto de recomendação argumentada, não de achado empírico.

3 A formação de símbolo na teoria kleiniana

3.1 Do símbolo como equação ao símbolo como representação

A formulação inaugural encontra-se em Klein (1930). Ao descrever o caso de uma criança cujo desenvolvimento simbólico se mostrava gravemente inibido, Klein propõe que a capacidade de formar símbolos tem origem na ansiedade: é a angústia relativa ao corpo materno, fantasiado como continente de objetos a serem atacados e recuperados, que impulsiona o investimento de objetos substitutos no mundo externo. O símbolo não nasce de uma operação intelectual, mas de uma necessidade defensiva. Quando a ansiedade é excessiva, o processo se interrompe, e com ele o acesso ao jogo, à representação e, em última instância, ao pensamento.

Segal (1957) desdobra essa proposição numa distinção que se tornou central. Na equação simbólica, o substituto é sentido como sendo o objeto original: não representa, é.

O violino não evoca o corpo — tocá-lo em público equivale a masturbar-se em público. A equação simbólica é própria da posição esquizoparanoide, em que os objetos são parciais, cindidos em bons e maus, e em que a identificação projetiva maciça impede a diferenciação entre o eu e o objeto. No símbolo propriamente dito, ao contrário, a distância entre representante e representado é reconhecida e tolerada. O símbolo é sentido como criação do ego, disponível para ser usado, abandonado, transformado.

A passagem de um regime ao outro acompanha a transição para a posição depressiva. Quando o objeto deixa de ser parcial e passa a ser reconhecido como inteiro — fonte simultânea de gratificação e de frustração —, a ambivalência torna-se suportável, e com ela surge a culpa pelos ataques fantasiados e o desejo de reparar. O símbolo, nesse novo regime, é precisamente o que permite manter internamente um objeto amado cuja perda se teme: representa-o sem substituí-lo, e por isso pode suportar a ambivalência que o objeto suscita.

Esse é o ponto de articulação com a atividade criadora. Segal sustenta que a produção estética tem raiz no impulso reparatório da posição depressiva: criar é restaurar, no mundo externo, um objeto interno sentido como danificado. A obra não é descarga nem ornamento; é tentativa de reconstituição. Daí o critério que Segal propõe para distinguir a criação genuína da produção maníaca: a primeira reconhece a destruição e a inclui na forma; a segunda a nega.

3.2 O que a teoria autoriza e o que não autoriza

Convém extrair as consequências negativas dessa reconstituição antes das positivas, porque são elas que delimitam o campo.

Em primeiro lugar, nada na teoria kleiniana do símbolo estabelece correspondência entre qualidades sensíveis do material e conteúdos psíquicos determinados. O símbolo kleiniano é idiossincrático por construção: seu sentido deriva da história das relações de objeto do sujeito que o produziu, não de propriedades do veículo. Dois sujeitos que escolhem o mesmo vermelho podem estar realizando operações psíquicas inteiramente distintas, e o mesmo sujeito pode investir o mesmo vermelho de sentidos opostos em momentos diferentes. A teoria que supostamente fundamenta as tabelas cromáticas é, na verdade, aquela que mais decisivamente as recusa.

Em segundo lugar, a teoria não autoriza inferência de estrutura a partir de produto isolado. A distinção entre equa-

ção simbólica e símbolo não se lê na imagem: lê-se na relação do sujeito com a imagem — no modo como a trata, no que dela espera, no que acontece quando ela é olhada por outro. É informação de processo, acessível no vínculo e ao longo do tempo, não em uma folha.

Em terceiro lugar, o próprio vocabulário exige vigilância. A literatura de arteterapia desliza com frequência entre registros teóricos incompatíveis, importando para uma argumentação kleiniana noções de outra procedência — arquétipo, individuação, mandala — que pertencem à tradição junguiana e supõem uma teoria do símbolo diametralmente oposta. Onde Jung postula conteúdos simbólicos universais e transindividuais, Klein postula símbolos singulares construídos na história das relações de objeto. A mistura não é eclética: é contraditória, e dissolve justamente aquilo que cada tradição tem de específico.

Resta a contribuição positiva, que é considerável. A teoria fornece critérios para avaliar o *estado* do trabalho simbólico: o grau de tolerância à ambivalência, a presença ou ausência de movimento reparatório, a qualidade da relação com o material. São critérios de processo, e é sobre eles que uma arteterapia de orientação kleiniana pode legitimamente se apoiar.

4 A cor como material expressivo

4.1 O que a cor oferece ao trabalho simbólico

Se a cor não carrega significado estável, por que o trabalho com cor ocuparia lugar privilegiado em arteterapia? A resposta não está na semântica cromática, mas em três propriedades do material.

A primeira é a imediatez. A cor dispensa a competência técnica que o desenho figurativo exige: é possível produzir uma superfície cromática carregada sem saber desenhar. Isso importa clinicamente porque remove uma das barreiras mais frequentes à produção — o julgamento sobre a própria habilidade — e desloca o eixo da avaliação estética para a expressão.

A segunda é a gradação. A cor admite intensidades, misturas, sobreposições e cobrimentos. Pode ser atenuada, saturada, apagada por outra camada. Essa plasticidade a torna especialmente adequada à representação de estados ambivalentes, nos quais o conflito não se resolve em alternativa mas em composição. Philippini observa que a escolha do material expressivo não é neutra, e que cada linguagem convoca um tipo distinto de elaboração.

A terceira é a reversibilidade parcial. Diferentemente da palavra dita, a cor posta no papel permanece e pode ser trabalhada: coberta, contornada, integrada. Essa permanência é o que torna o suporte plástico um lugar possível de reparação no sentido kleiniano — não metáfora de reparação, mas operação efetiva sobre um objeto que resiste, que guarda traço do ataque e que pode ser restaurado sem que o ataque seja negado.

Arnheim, em registro inteiramente distinto do psicanalítico, sustenta que a percepção não é recepção passiva de estímulo, mas atividade organizadora: ver é já estruturar. Pedrosa, por sua vez, demonstra que a experiência da cor é indissociável do contexto — cromático, cultural, situacional —, de modo que a mesma superfície física produz experiências perceptivas distintas conforme o entorno. As duas proposições convergem num ponto útil ao argumento aqui desenvolvido: a cor não é dado, é construção, e a construção é sempre situada.

4.2 O limite da leitura cromática

É necessário enunciar com clareza o limite que organiza toda a discussão anterior.

A hipótese de que escolhas cromáticas exprimem estados psíquicos é defensável e clinicamente fecunda. A hipótese de que exprimem estados psíquicos *determinados e estáveis*, de modo que se possa ler o afeto a partir da cor, não tem sustentação. Não existe, para esse uso, instrumento

validado: as tabelas de correspondência em circulação não derivam de estudos psicométricos, não dispõem de normatização populacional, não apresentam índices de fidedignidade entre avaliadores nem evidência de validade de critério. As associações que propõem variam por cultura, por faixa etária, por época e por exposição midiática recente — o que já basta para desqualificá-las como medida.

Disso não decorre que a leitura cromática deva ser abandonada. Decorre que seu estatuto deve ser corretamente declarado. Uma observação sobre a cor é hipótese interpretativa: formula-se, comunica-se ao sujeito em forma de pergunta e verifica-se no que ele responde, confirma ou recusa. É exatamente o estatuto que a psicanálise atribui a qualquer interpretação, e não há razão para que a interpretação do material plástico goze de privilégio epistêmico que a interpretação da fala não tem.

A diferença entre as duas posturas é prática, não apenas doutrinária. A primeira mantém o trabalho aberto e devolve ao sujeito a autoridade sobre o próprio material; a segunda fecha o sentido antes da verificação e instala o terapeuta como decifrador. Em termos kleinianos, a segunda postura reproduz, no enquadre, a própria equação simbólica que a terapia deveria ajudar a superar: trata a cor como sendo o afeto, em vez de tratá-la como sua representação possível.

OPERAÇÃO	FORMULAÇÃO KLEINIANA	INDICADOR NO TRABALHO COM COR	ALCANCE DA INFERÊNCIA
Equação simbólica	Substituto sentido como sendo o objeto (Segal, 1957)	Intolerância a alterar ou cobrir a cor posta	Processual. Exige observação no vínculo, não leitura da imagem
Cisão	Objeto parcial dividido em bom e mau (Klein, 1946)	Paleta rígida, sem mistura entre campos opostos	Indiciário. Compatível com outras causas, inclusive técnicas
Ambivalência	Objeto inteiro tolerado como bom e mau a um só tempo	Mesma cor investida de valências opostas	Sustentável como hipótese a verificar com o sujeito
Reparação	Restauração do objeto danificado (Klein, 1930)	Retomada da superfície atacada sem apagá-la	Sustentável. Observável no gesto, não na cor escolhida

Tabela 1 — Correspondência entre operações descritas pela teoria kleiniana e indicadores observáveis no trabalho com material cromático. A coluna de alcance registra o que cada indicador autoriza inferir; nenhum deles identifica estado psíquico a partir da cor isolada.

5 Consequências para o enquadre

5.1 O deslocamento da unidade de análise

O conjunto do argumento converge para uma reorientação da atenção clínica. O objeto de observação não é a cor escolhida, mas a economia do gesto que a emprega.

Interessam, nessa chave, questões que a leitura semântica não formula. O sujeito tolera que o material não corresponda à sua intenção, ou a discrepância é vivida como fracasso catastrófico? Consegue cobrir, misturar, alterar o que já produziu, ou cada marca é definitiva e intocável? A produção é mostrada, guardada, destruída? Há movimento de retomada sobre o que foi danificado — e esse movi-

mento restaura ou recobre? Cada uma dessas perguntas incide sobre o estado do trabalho simbólico, e nenhuma depende de saber o que o azul significa.

Joseph (1985) oferece aqui o conceito mais diretamente aproveitável. Ao propor que a transferência deve ser lida como situação total, e não como conjunto de conteúdos verbais, ela desloca a atenção do que é dito para o que é feito na relação — incluindo o que o paciente produz no analista. Transposta para o enquadre arteterapêutico, a proposição indica que a produção plástica não é documento a interpretar isoladamente, mas elemento de uma situação relacional da qual o terapeuta participa. O que o trabalho suscita em quem o recebe é dado clínico, e não interferência a eliminar.

5.2 Exigências do enquadre

Duas exigências decorrem do que foi exposto, e ambas dizem respeito a limites de atribuição.

A primeira é a distinção entre contextos. Oficina de arte-educação, ateliê expressivo e atendimento arteterapêutico são dispositivos diferentes, com objetivos, contratos e responsabilidades distintos. Produzir imagens em grupo escolar não constitui tratamento, e interpretar psicanaliticamente a produção de participantes que não procuraram atendimento, em contexto que não é clínico, excede o que o enquadre autoriza — por mais consistente que seja o referencial mobilizado. A pertinência teórica de uma leitura não cria o enquadre que a tornaria legítima.

A segunda é o estatuto da produção gráfica. Material plástico produzido por alguém em contexto de atendimento é dado clínico, e carrega marcas de autoria tão identificáveis quanto um relato: traço, grafia, conteúdo, circunstância. Sua reprodução em publicação depende de consentimento documentado, e o consentimento de pessoas que não podem consentir por si — crianças e adolescentes, sobretudo — exige procedimento próprio, com anuência de responsáveis, assentimento do próprio participante e, tratando-se de pesquisa, apreciação por comitê de ética. Quando qualquer desses requisitos falta, o material não deve ser publicado; o argumento teórico, quando é sólido, sustenta-se sem ele.

Essas exigências não são formalidade administrativa sobreposta ao trabalho. Decorrem do mesmo princípio que organiza toda a discussão: a produção plástica pertence a quem a fez, e lê-la é um ato que se realiza com o sujeito, não sobre ele.

6 Considerações finais

Três proposições resumem o percurso.

A primeira é que a teoria kleiniana não fornece, e não pode fornecer, um código cromático. Buscar em Klein a chave de leitura das cores é pedir à obra precisamente aquilo que ela recusa, já que o símbolo kleiniano deriva sua significação da história singular das relações de objeto, e não de propriedades do material. A frequência com que essa busca é empreendida na literatura de arteterapia indica menos uma leitura equivocada de Klein do que a ausência de leitura.

A segunda é que a contribuição efetivamente disponível é de outra ordem, e é mais valiosa. A distinção entre equação simbólica e símbolo, a articulação entre posição depressiva e capacidade de representar, a tese de que a criação tem raiz reparatória — esse conjunto oferece critérios para avaliar o estado do trabalho simbólico de um sujeito diante de um material. São critérios de processo, verificáveis na duração e no vínculo, e é sobre eles que uma arteterapia de fundamentação kleiniana pode se construir sem empréstimos indevidos.

A terceira é que o limite enunciado não enfraquece a prática. Declarar que a leitura cromática é hipótese interpretativa, e não medida, devolve a essa leitura o estatuto que ela sempre teve na psicanálise e que nunca a impediu de operar. O que enfraquece a arteterapia é a pretensão diagnóstica que ela não pode sustentar, e que a expõe a uma objeção fácil e inteiramente procedente.

Resta, como agenda, o trabalho de delimitação conceitual. A arteterapia brasileira construiu-se por acumulação de referenciais, incorporando sem triagem contribuições de tradições cujos pressupostos são incompatíveis. A tarefa de examinar cada empréstimo — identificar sua procedência, verificar o que ele de fato autoriza, descartar o que apenas ornamenta — é menos vistosa do que a proposição de novas técnicas, mas é o que pode dar ao campo a consistência que ele reivindica.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- ARNHEIM, R. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- BION, W. R. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- EDWARDS, D. *Art therapy*. London: Sage, 2004.
- HINSHELWOOD, R. D. *Dicionário do pensamento kleiniano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- JOSEPH, B. Transference: the total situation. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 66, p. 447-454, 1985.
- JOSEPH, B. *Psychic equilibrium and psychic change: selected papers of Betty Joseph*. London: Routledge, 1989.
- KLEIN, M. A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego (1930). In: *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 249-264.
- KLEIN, M. *A psicanálise de crianças* (1932). Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- KLEIN, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizoides (1946). In: *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 17-43.
- KLEIN, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KLEIN, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MALCHIODI, C. A. *The art therapy sourcebook*. 2nd ed. New York: McGraw-Hill, 2007.
- PEDROSA, I. *Da cor à cor inexistente*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.
- PHILIPPINI, A. *Para entender arteterapia: cartografias da coragem*. Rio de Janeiro: Wak, 2004.
- PHILIPPINI, A. *Linguagens, materiais expressivos em arteterapia: uso, indicações e propriedades*. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- SEGAL, H. Notes on symbol formation. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 38, p. 391-397, 1957.
- SEGAL, H. *Introdução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- SEGAL, H. *Sonho, fantasia e arte*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

COMO CITAR

MOREIRA, J. S. D. A cor como material de simbolização: uma leitura kleiniana da arteterapia. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 47-53, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.